

## OS MÉTODOS E PRÁTICAS NA INSTRUÇÃO PÚBLICA DA PARAHYBA DO NORTE NO SÉCULO XIX

Lucivânia Hermano Silva Santos; Ana Rita Lima da Silva Justino; Samara Lima da Silva  
Souza Gomes; Vivia Melo (orientadora)

*Universidade Federal da Paraíba (lucivaniahernano@gmail.com; anajustino1997@gmail.com;  
samaralimaprof@gmail.com)*

**RESUMO:** O presente artigo tem por objetivo propor reflexões acerca dos métodos de ensino e práticas escolares empregados na Instrução Pública Primária e Secundária, na Província da Parahyba do Norte, no período Oitocentista. A pesquisa realizada tem caráter bibliográfico, e documental, fundamentada nas Leis e Regulamentos, que normatizam a educação nesse período. Assim, inicia-se com um breve relato histórico da educação no Brasil, o qual evidencia-se os métodos: individual, o mútuo e o simultâneo, que se desenvolveram de maneira peculiar, atendendo as exigências e restrições impostas pelo Império e autoridades do período, portanto, transformando o cenário da educação provincial. Alguns desses métodos não obtiveram os resultados previstos, no entanto, é inegável que a colaboração destes, como ponto principal, para atingir outros objetivos fundamentais no âmbito educacional, e assim, alavancar o ensino primário e secundário. Dessa maneira, é de suma importância para o processo de instrução dos cidadãos paraibanos a percepção/reflexão acerca das práticas empregadas no período imperial.

**Palavras-chave:** Métodos de ensino. Práticas escolares. Instrução Pública. Parahyba do Norte. Brasil Imperial.

### 1 INTRODUÇÃO

A educação faz parte fundamental no desenvolvimento de uma sociedade, nesta perspectiva, pretendemos evidenciar a ação reflexiva sobre os métodos e as práticas de ensino na instrução pública primária e secundária na antiga Província da Parahyba do Norte.

Este ensaio foi desenvolvido a partir de pesquisas bibliográficas, a fim de apropriar-se e inteirar-se do contexto histórico dos métodos e das práticas escolares que se estabeleceram durante o século XIX, especificamente nesta localidade.

Por se tratar de um período em que a política nacional sofria grandes mudanças, era de interesses governamentais a inserção de um sistema de ensino que abrangesse a maior quantidade de pessoas das classes econômicas menos favoráveis.

No que concerne a análise do material necessário para nossa pesquisa, tomamos por base a História da Educação Brasileira, transcrita em RIBEIRO (1986), que contextualiza o ensino no Brasil Imperial nessa época, e nos direciona em relação aos métodos e as práticas de ensino, que foram implantados na história da educação da Parahyba do Norte, implementada em PINHEIRO & CURY (2004), no que diz respeito às leis e regulamentos da instrução na Parahyba no período Imperial.

Desta forma, algumas questões conduziram o desenvolvimento deste estudo, a saber: quais foram às práticas norteadoras que tiveram ênfase na instrução pública primária e

secundária? Quais foram os métodos que surgiram neste período? Quais relações houveram entre os métodos até então apresentados?

## **2 MÉTODOS E PRÁTICAS NO BRASIL IMPERIAL**

No início do século XIX, com a instalação da família real no Brasil, o país passa a ser sede da coroa portuguesa, proporcionando transformações e implantações que produziram o crescimento populacional e econômico. Assim, possibilitou um processo de aculturação para a nação brasileira, agora com maior necessidade de instrução pública para a classe trabalhadora.

Para tanto, Ribeiro afirma que:

A partir desta realidade, se fez necessária uma série de medidas atinentes ao campo intelectual geral: como a criação da Imprensa Régia (1808), Biblioteca Pública (franqueada ao público em 1914), Jardim Botânico do Rio (1810), Museu Nacional (1818), primeiro Jornal (A gazeta do Rio 1808), primeira Revista (As variações ou Ensaios de Literatura 1812), primeira Revista carioca (O Patriota 183) e a abertura dos portos desde 1815. (RIBEIRO, 1986, p. 44).

Através dessas inovações estabelecidas no país, houve a necessidade de um aprimoramento no âmbito educacional para preparar as pessoas de forma mais variada, de modo que os mesmos possam atender o novo padrão estabelecido, portanto, nessa perspectiva são criados diversos cursos de preparo pessoal. Vejamos a contribuição do autor supracitado:

[...] são criadas em 1808, a Academia Real de Marinha, em 1810, a Academia Militar (que em 1858 passou a ser chamada de Escola Central; Em 1874, Escola politécnica e hoje é a Escola Nacional de Engenharia), a fim de que atendesse a formação de oficiais, engenheiros civis e militares. em 1808 é criado o curso de Cirurgia e Anatomia, no Rio (RIBEIRO, 1986, p. 44).

No que diz respeito às instituições de ensino superior é evidenciado em Ribeiro (1986, p. 45), a criação da escola de serralheiros, oficiais, de lima e espingardeiros (MG em 1812), na Bahia cursos de economia, agricultura com estudos de Botânica e jardim Botânico com anexos; com estudos de química, abrangendo química industrial, geologia e mineralogia; em 1818, estudos de desenho técnico. No Rio em 1812 é criado o laboratório de química e o curso de agricultura (1814). Estes cursos possuíam o objetivo de formar técnicos nas áreas da economia, da agricultura e da indústria.

Em decorrência da nova organização e necessidades reais que surgem na educação brasileira, ocorre que, neste período há um rompimento com o ensino jesuítico que voltava-se apenas à educação religiosa e educação doméstica e/ou método individual, a qual, era lecionada na própria residência do aluno por um familiar ou pessoa que detinha um notório

saber, a partir de então dá-se origem a outra estrutura de ensino composta por três níveis, são eles: Primário, Secundário e Superior.

Tendo em vista o estabelecimento dessa estrutura organizacional de educação, foi necessário fazer adaptações na Constituição Brasileira, a exemplo da criação da Lei Imperial que buscava regulamentar o âmbito educacional, juntamente com os métodos de ensino adotados com o intuito de atingir melhores resultados.

De acordo com Fávero (1996, p.7), a Lei Imperial de 15/10/1827 regulava a criação de escolas de “Primeiras letras” nas cidades, vilas e lugares mais populosos do país. Do mesmo modo, determinava o que os professores das escolas deveriam ensinar, indicando que para além da disciplina, eles deveriam lecionar a doutrina religiosa católica e a moral cristã.

Prontamente, em Ribeiro (1986, p.45), denota-se que o ensino primário continua sendo um nível instrumental técnico (escola de ler e escrever), apenas com a implementação de “mais de 60 cadeiras de primeiras letras”. A importância dada a este nível de ensino ocorre na medida em que cresce o número de pessoas que veem nele um preparo para o ensino secundário, bem como para ocupar pequenos cargos burocráticos.

Em relação ao ensino secundário, este permanece com a disposição de aulas régias, também conhecidas como aulas avulsas, pertencentes ao Estado e não mais a Igreja, com a implementação de, no mínimo, 20 cadeiras de latim. Cada região possuíam determinadas cadeiras, as de latim e as de matemática em Pernambuco (1809), a de desenho e história em Vila Rica (1817), e a de retórica (arte do bem falar) em Paracatu, Minas Gerais (1821), estas já existiam desde a época dos Jesuítas, no entanto, neste período foram inseridas algumas cadeiras no Rio de Janeiro, são elas: duas de Inglês e uma de francês.

As aulas avulsas consistiam em aulas autônomas e isoladas, com a presença de um único professor que se empenhavam em ensinar apenas uma cadeira ou disciplina, essas aulas eram assistidas por aqueles que pretendiam preparar-se para o nível superior. Porém, estas aulas não obtiveram sucesso e foi diminuindo com o tempo, devido não incluir matérias necessárias aos exames preparatórios para o ensino superior e também pela dificuldade do aluno deslocar-se para as várias residências dos professores.

Dentro desta perspectiva de programar os métodos e as práticas na educação brasileira no século XIX, são introduzidos três novos métodos de ensino: o mútuo, o simultâneo e o intuitivo.

De acordo com Azevedo (1996, p. 558 apud GUARANY E CERQUEIRA, 2012, p.4):

“A lei de 15 de outubro de 1827 refere-se em três artigos às escolas de ensino mútuo: o artigo 4º, em que se determina sejam de ensino mútuo às

escolas nas capitais das províncias, nas cidades, vilas e lugares populosos destas; no 5º, em que se estabelece providências para a instalação e obriga os professores que não tiveram a necessária instrução deste ensino a irem, instruir-se em curto prazo e à custa de seus ordenados nas escolas das capitais; e o 15, em que estatui que os castigos serão os praticados pelo método Lancaster.”

A iniciativa por parte do Imperador de criar uma Escola de Ensino mútuo, utilizando o método lancasteriano, vendo neste novo e revolucionário processo a maneira de difundir a instrução pública de modo prático e eficaz no Brasil. Contudo, esse método de ensino ocorreu sem sucesso até meados do século XIX.

No entanto, por este método não apresentar os resultados esperados, Fávero afirma que:

Quanto ao método de ensino mútuo, o relatório de 1833 do ministério do Império faz o seguinte registro “Esse método não tem apresentado aqui as vantagens obtidas em outros países; por esta razão o governo está disposto a não multiplicar as escolas onde se ensine por este método, enquanto as existentes não se aperfeiçoarem”. (FÁVERO, 1996, P.59).

Desta forma, seu fracasso se deu por vários fatores, principalmente pela necessidade de salas amplas que comportar-se o excessivo número de alunos, a falta de material escolar, o descontentamento dos professores com a má remuneração, além do fracasso nos resultados devido à preparação inadequada dos monitores.

Paralelamente, é introduzido o método simultâneo, diferente do método individual (no qual o professor se dedicava apenas a um aluno), que associava-se ao método de ensino mútuo, quando consiste em atender o número de 50 a 60 alunos ao mesmo tempo, com presença de apenas um professor.

Sobre este exposto, Vidal (2005, p.8) remete que “O método simultâneo estava associado à aprendizagem da escrita e da leitura, ao impasse que se associava ao método mútuo ou monitorial desde o início do século XIX no Brasil”. Este estruturava os alunos em classes, a primeira é utilizada unicamente para instrução da leitura em francês e latim, a segunda recebe os alunos que terminam com sucesso a terceira classe, e os ensina a aprendizagem escrita e as formas de caligrafia e por fim na terceira classe o número de alunos é bastante reduzido e segue o estudo da gramática, ortografia e cálculo.

O método simultâneo apresentava vantagens em relação ao método individual, mas também não obteve os resultados esperados. Era necessário para o aluno passar quatro anos na primeira classe com o objetivo de: aprender a ler; passar para segunda classe; no entanto, a monótona repetição das tarefas ocasionava em perda de tempo, aborrecimentos e distração por parte dos alunos.

Dessa forma, mediante os escritos de Vidal (2005), verifica-se que as descrições dos saberes transmitidos nos programas públicos no corpo da legislação educacional, distribuídos por matérias, particularmente no fim dos oitocentos, davam medida da importância que as disciplinas escolares assumiram na uniformização da ação escolar. Para tanto, é neste mesmo período começa a se propalar o método intuitivo, com ênfase ligada à questão lógica, condenando o ensino que partia do abstrato, as novas orientações defendia a aprendizagem de forma concreta.

De acordo com Remer & Stentzler (2009, apud GUARANY E CERQUEIRA, 2012, p.6), a introdução do método intuitivo ocorreu inicialmente por algumas escolas particulares, como uma inovação. No contexto da ação política, foi Rui Barbosa quem defende o método, apresentando-o pela primeira vez no Brasil, de forma mais sistemática, com princípios e fundamentos.

Deste modo, é praticamente no fim do século XIX, na década de 70 especificamente, começa a se propagar o método intuitivo, que permite mudanças nas relações entre professor e aluno. Mediante Guarany e Cerqueira (2012, p. 6) este modelo de ensino, apreciado por Pestalozzi, parte do princípio da intuição fornecendo conhecimento como todo, através da observação e dos sentidos. A instrução consiste da seguinte forma, o professor embora tivesse vários alunos ele ensina apenas a um por vez, este por sua vez é muito parecido com ensino domiciliar.

A realização deste modelo de ensino no Brasil perdurou até as primeiras décadas da República, essa experiência passou por vários países sendo praticadas a partir da realidade da cultura brasileira. Dentro desta perspectiva sobre as práticas e métodos desenvolvidos no Brasil Imperial, que nos instiga a compreender como contemplou a implantação do modo de execução dessas práticas e métodos de ensino na Parahyba do Norte, neste mesmo período.

### **3 MÉTODOS E PRÁTICAS ESCOLARES NA PARAHYBA DO NORTE**

Diante do contexto da instrução pública no século XIX, especificamente na Província da Parahyba do Norte observa-se que os espaços escolares foram se configurando a partir das relações socioculturais que decorreram das necessidades de cada cidade, vila ou povoação. Assim, são elaboradas leis, artigos e regulamentos que assegurem as práticas e os métodos previstos para instrução de ensino primário e secundário nas localidades.

No que diz respeito aos métodos e práticas na instrução pública Pinheiro & Cury (2004 p.102), consideram que:

[...] relativo à forma e aos procedimentos teóricos e metodológicos de produção do conhecimento histórico, que passou a se preocupar com o

cotidiano escolar, isto é, que focou as suas preocupações nas práticas efetivadas em relação aos processos de ensino-aprendizagem, além de nas relações sociais e pedagógicas produzidas entre os diversos sujeitos diretamente envolvidos com a transmissão, com a reprodução e com a produção de saberes escolares, tais como entre diretores/professores, alunos (...).

Sob tal enfoque, o Presidente da Província da Parahyba do Norte regulamenta por decreto a Lei nº 20 do ano de 1837, mostram o roteiro das unidades que o professor seria forçado a lecionar em suas aulas, identificado em Pinheiro & Cury (2004 p.17) na qual encontramos no Artigo 6º que os professores serão examinados e obrigados a ensinar as matérias seguintes: ler, escrever, as quatro operações de aritmética prática, de quebrados, decimais, proporções, as noções gerais de geometria prática (sem demonstrações), gramática de língua nacional, os princípios de moral cristã e da doutrina da Religião Católica Apostólica Romana, para a leitura dos alunos serão preferidas as constituições do Império o resumo da história do Brasil, e o opúsculo-palavras de um crente.

O que nos chama atenção é o Regulamento de 20 de janeiro de 1849, ordenado pelo Presidente da Província da Parahyba do Norte, em virtude do artigo da Lei Provincial nº 14 do ano 1848, para a Instrução Primária, observa-se que o mesmo possuía a finalidade de dispor a maneira organizacional do ambiente educacional, bem como o delineamento do papel do professor diante deste processo. No Regulamento encontramos minuciosamente descrita, toda organização das práticas escolares, distribuídas nos seguintes itens: *Local e Mobília das Aulas; Disciplina; Férias; Recompensas; Castigo; Instrução Moral e Religiosa; Estudos; Leitura; Escrita.*

Nos primeiros artigos do Regulamento, é onde encontramos o método utilizado pelos professores, vejamos:

Art. 1º – Todo professor deverá procurar para a sua aula casa sadia, com sala grande, bem clara, e arejada, e em tudo apropriada ao estabelecimento de uma escola; o que será verificado pelo Inspetor respectivo.

Art. 2º – Em frente dos meninos, na escola, haverá uma Imagem de Cristo, e o retrato de S.M. Imperial.

Art. 3º – No centro da sala, ou de preferência na sua entrada, e defronte dos discípulos, haverá um estrado, em que se colocará a mesa do professor; este estrado terá a altura suficiente para que, sentado mesmo possa o professor ver toda a escola.

Art. 4º – O professor pregará nas paredes regulamentos, em que se achem traçados os principais deveres dos discípulos, as penas máximas da religião, e da moral.

Art. 5º – Nas paredes estarão penduradas pedras pretas para qualquer exercício. Em uma parte dessas paredes, apropriada ao fim, se desenharam o abecedário, o algarismo, figuras geométricas, e um mapa do Império do Brasil.

Art. 6º – A escola será varrida todos os dias, as janelas se conservarão abertas no intervalo das lições.

Art. 7º – Todo professor terá um registro de instrução dos discípulos, onde se declare o dia de sua matrícula, seu nome, idade, naturalidade, filiação, moradia, e estado de instrução, contendo igualmente os termos de exames.

Art. 8º – Na porta de toda escola estarão inscritas as seguintes palavras: - Instrução primária pelo método simultâneo dirigido (aqui o nome do professor). (PINHEIRO & CURY, 2004, P.22).

Na análise feita sobre este regulamento, podemos identificar no Art. 8º, que o método educativo prescrito utilizado para esta instrução pública primária seria o método simultâneo, o termo deveria encontrar-se exposto e visível na porta da sala de aula, antecedendo o nome do professor, percebemos também, no outros artigos, a importância da higienização do ambiente, e que a utilização da imagem do Cristo remete ao caráter religioso e moral, além de todas as delimitações em relação ao professor, controlando-o frente aos alunos.

Em relação à educação secundária continua seguindo a mesma ordem, demonstrada no Brasil Imperial, operando como ensino preparatório para o nível superior, no entanto para este processo de ensino foi criado o lyceu Provincial Paraibano pela Lei nº 11 do ano de 1836, pelo presidente da província Manuel Carneiro da Cunha, oficializado no mesmo ano. O objetivo da criação do Lyceu, era reunir as diversas cadeiras espalhadas, por toda província da capital, tornando-se uma unidade central de ensino.

A lei de criação do Lyceu estabelece as seguintes disciplinas:

Art. 1. Fica estabelecido nesta cidade um Lyceo, que será composto dos professores das cadeiras de Latim, Francez, Rhetórica, Philosophia, e primeiro anno de Mathemática, já creadas na mesma cidade, de dous substitutos, um para estas duas ultimas cadeiras, e outra para as trez primeiras, e finalmente um porteiro (PINHEIRO/CURY, 2004, p. 92).

Assim, o ensino secundário que se fragmentavam nas aulas avulsas, começa a despontar na Província da Parahyba do Norte depois da criação do Lyceu. A partir do Ato Adicional, aliada aos debates políticos e a expansão da escolarização, esta passou a ser responsabilidade das Províncias, portanto, deu-se início as discussões sobre qual o melhor método de ensino a ser adotado no ensino primário e secundário na Parahyba.

### **3.1 MÉTODOS DESENVOLVIDOS NA PARAHYBA DO NORTE**

É oportuno que na Província da Parahyba do Norte, os métodos iniciais utilizados eram referentes ao ensino doméstico, adaptando-se para o método individual no qual o professor atendia um aluno por vez, em que se assemelha às antigas aulas régias. Com efeito, é que através dele o preceptor contraia um intenso conhecimento das disposições, do caráter,

do gênio, da inclinação, e vocação do aluno, e, por conseguinte, achava-se habilitado a formar-lhe o coração, e dirigir-lhe a inteligência.

Observamos as desvantagens que levaram ao insucesso deste método, alguns fatores são: o número de alunos que o professor poderia ensinar com aproveitamento precisava ser muito limitado, não aparecia entre os alunos a mínima correlação, e estando todo o resto do tempo entregues a si mesmo, ou seja, os levando à ociosidade. Dificilmente, conservavam a disciplina; como consistia em chamar os discípulos um após o outro, para tomar a lição de leitura, escrita, cálculo, nenhum aproveitava as lições de seus companheiros. Segundo Faria Filho (2000) na verdade, o método individual era o método por excelência da instrução doméstica aquela que ocorria em casa, onde a mãe ensinava os filhos e as filhas, ou irmãos que sabiam alguma coisa ensinavam aqueles que nada sabiam.

Considerando as diversas críticas feitas ao método individual, adota-se um novo método de ensino, criado na Inglaterra no final do século XVIII, e desenvolvido por Andrew Bell e Joseph Lancaster, o método lancasteriano, que também é conhecido como Ensino Mútuo ou Monitorial, adotado primeiramente na Europa, foi sendo implantado no Brasil de forma gradual, empregado em 15 de outubro de 1827 por Decreto Imperial.

De acordo com Pinheiro & Cury, o Regulamento referente ao ensino mútuo nos especifica:

Art. 11. O professor acolherá dentre os alunos mais assíduos, inteligentes e de melhor conduta, dedurões que ajudem nos diversos exercícios. Estes discípulos serão nomeados perante os seus companheiros, incumbidos da inspeção de suas respectivas mesas ou carteiras, farão o rol dos que se não conduzem bem, mas sem falarem nem saírem dos seus lugares. Além das discussões o monitor de cada carteira será nomeado o monitor que só exercerá suas funções nos casos mui raros, de ser o professor obrigado a ausentar-se. (PINHEIRO & CURY, 2004, p.17).

Este ensino era organizado por meio de decuriões que auxiliavam o professor em sua tarefa cotidiana de ensinar. Ao longo dos anos de implementação, os legisladores começaram a perceber a ineficácia do método mútuo/lancasteriano, por vários motivos, entre eles elencamos: o despreparo dos professores, instalações inadequadas para a escolarização, salários baixos, além da não homogeneização dos materiais didático-pedagógicos, incluídos os compêndios.

De acordo com nossas pesquisas nos documentos datados de 1849, que haveria a utilização do método misto, como prática escolar, segundo menciona Faria Filho (2000, apud CURY, S/D, p. 11):



[...] Assim, já no final dos anos 30 (1830), o método mútuo dará lugar, em várias províncias e em vários textos legais, aos chamados ‘métodos mistos’, os quais buscavam ora aliar as vantagens do método individual às do método mútuo, ora aliar aos aspectos positivos deste último às inovações propostas pelos defensores do ‘método simultâneo’. Com o decorrer do tempo, vai-se estabelecendo que o método simultâneo era o que melhor atendia às especificidades da instrução escolar, permitindo a organização de classes mais homogêneas, a ação do professor sobre vários alunos simultaneamente, a otimização do tempo escolar, a organização dos conteúdos em diversos níveis, dentre outros elementos.

Através dos estudos feitos por Inácio (2013, p.77) referente ao ensino simultâneo, nota-se que este é de origem cristã, e foi criado no século XVII, por Jean Baptiste de La Salle, com o objetivo de atender a vários alunos ao mesmo tempo, com apenas um professor ensinando. Neste modelo, o método pretendia abordar, ao mesmo tempo, grupos de alunos divididos de acordo com a matéria que seria estudada, diferente do método mútuo.

Por ser um período de grandes mudanças políticas, sociais e culturais, fazia-se necessário uma nova sistematização escolar, que utilizava do método simultâneo para tal finalidade. Seu objetivo era formar grupos de alunos e dividi-los em função de cada matéria estudada, ou seja, em classes, aprendendo simultaneamente no mesmo espaço e ao mesmo tempo um conjunto delimitado de conhecimentos. Convertendo-se no modelo base de ensino escolar, de todos os arranjos organizativos, espaciais, temporais, pedagógicos e disciplinares. Entendendo assim que o método simultâneo enseja, mesmo com os contra-pontos, foi de grande valia para elevar a instrução na Parahyba. A instrução foi vista como uma forma de organizar os indivíduos de forma ordeira na sociedade.

De acordo com alguns estudiosos da história da Parahyba, a instrução pública implantada norteou principalmente a maneira de se fazer política, no qual a população menos abastada dificilmente receberia o mesmo grau de instrução dos privilegiados, pois seguia as mesmas diretrizes de implantação de todo o Brasil, a influência da Igreja no ensino era muito claro, mesmo que de modo sutil pretendesse mudar essa ótica, as dificuldades em relação às novas práticas eram inúmeras, entendendo o caráter e o contexto das famílias daquela época balizadas na igreja e suas doutrinas. Voltando a instrução pública, no aspecto educacional observa-se também a complexidade das famílias perceberem o valor que tinham a instrução para os seus filhos, para o poder público daquela época as tinham como rústicas, indolentes e ignorantes.

#### **4 CONCLUSÃO**

Em suma, podemos observar no âmbito da instrução pública uma série de obstáculos em relação ao desenvolvimento dos métodos utilizados, isto é, devido às transições sociais e

culturais ocorridas no Império, as Províncias também acompanharam este novo ritmo processual, inclusive na Província da Parahyba do Norte. Contudo, é possível fazer uma análise reflexiva, levando em consideração o período e sua delimitação histórica.

Neste sentido, compreendemos que a Instrução Pública à medida que foi sendo implantada, estava intrinsecamente ligada à política, e que suas diretrizes, bem como, todo o conjunto de procedimentos desenvolvidos no âmbito escolar foram regidas por Leis e Regulamentos. Nesta relação do professor-aluno, basicamente, tudo era especificado, desde a arquitetura chegando até aos comportamentos disciplinares.

Podemos concluir também a maneira pela qual a religião e a Igreja influenciaram sobre o modo no ensino escolar, entendemos que o caráter e o cenário familiar daquele período eram verdadeiramente balizados pelo contexto religioso e suas doutrinas. Neste enredo também constatamos a inegável preocupação dos legisladores relativa à qualidade com que a Instrução Pública era firmada, o avanço dos métodos de ensino, que mesmo de forma paulatina obteve seu progresso.

Portanto, nossa intenção foi compreender e refletir sobre a grande contribuição dos métodos e práticas surgidas no período Imperial e aplicadas no ambiente escolar, que foram de extrema valia para a melhoria da educação, especialmente na antiga Província da Parahyba do Norte, atualmente estado da Paraíba. Este tema além de ser bastante instigante, há muito a ser descoberto, pesquisado, discutido e analisado, certamente toda contribuição relacionada à história da educação na Parahyba do Norte tem um significado considerável.

## REFERÊNCIAS

ANANIAS, Mauricéia.; FERRONATO, Cristiano. **A instrução pública primária e secundária na província da Parahyba do Norte: A constituição do estado nacional e da nação. 1840-1849.** Publicado em: 2005. Disponível em: <[http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:8ERtbm2GIp8J:www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario8/\\_files/TDMAXprl.doc+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:8ERtbm2GIp8J:www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/_files/TDMAXprl.doc+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br)>. Acesso em: 18 out. 2016

CURY, Cláudia. Engler. **Programas escolares e métodos de ensino na documentação sobre instrução pública na Parahyba do Norte 1835 a 1864.** Disponível em: <[http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:xi8543WWJzsJ:www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario6/Ensino%2520Fundamental/Programas%2520Ecol..doc+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:xi8543WWJzsJ:www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario6/Ensino%2520Fundamental/Programas%2520Ecol..doc+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br)>. Acesso em: 04 out. 2016.

FÁVERO, Osmar. **A Educação nas constituições brasileiras 1823 - 1988.** Campinas, SP: Autores associados, 1996. (Coleção memória da educação).

GUARANY, Ann. Letícia. Aragão; CERQUEIRA, Thiago. Silva. Instrução pública e métodos pedagógicos no século XIX. Publicado em: 2012. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:UYNeFMCQ0eMJ:educonse.com.br>>

r/2012/eixo\_02/PDF/26.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> . Acesso em: 20 de out. 2016.

INÁCIO, Marilaine Soares. **O processo de escolarização e o ensino de primeiras letras em Minas Gerais (1825-1852)**. Belo Horizonte. 2013. p. 11- 232. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/FAEC-85VMUZ>>. Acesso em: 16 de out. 2016.

PINHEIRO, Antonio. Carlos. Ferreira.; Cury, Cláudia. Engler. **História da educação da Paraíba: Comemorar e rememorar**. Editora Universitária/UFPB, 2012. p. 238.

PINHEIRO, Antonio. Carlos. Ferreira.; Cury, Cláudia. Engler. **Leis e regulamentos da instrução da Paraíba no período imperial**. Brasília: MEC/INEP, 2004. (Coleção de documentos da educação brasileira).

RIBEIRO, Maria. Luísa. S. História da educação brasileira: A organização escolar. 6ª ed. São Paulo: Moraes, 1986. (Coleção educação universitária).

RODRIGUES, Cláudio. José. Lopes. **Profissão: Professor secundário**. João Pessoa, PB: Editora Universitária/UFPB, 1980. p. 268.

SANTI, Denise. Naiara; CASTANHA, André. Paulo. **O método Lancaster no Brasil: da apologia à crítica**. (Não possui ano de publicação). Disponível em: <[http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:nh1r9sQL0sUJ:www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/jornada/jornada11/artigos/4/artigo\\_simposio\\_4\\_372\\_denize\\_naiara%40hotmail.com.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:nh1r9sQL0sUJ:www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada11/artigos/4/artigo_simposio_4_372_denize_naiara%40hotmail.com.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br)>. Acesso em: 15 de out. 2016.

VIDAL, Diana Gonçalves. Culturas Escolares: estudo sobre as práticas de leitura e escrita na escola pública primária ( Brasil e França, final do século XIX). Campinas – SP: Autores Associados, 2005.